

QUESTIONANDO A «MISSÃO CIVILIZADORA»

Jeremy Ball

Em *Livros Brancos, Almas Negras – A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português c. 1870-1930*, Miguel Bandeira Jerónimo analisa a génese e as contradições da autoproclamada «missão civilizadora» de Portugal nas suas colónias africanas, começando no período que antecedeu a «corrida a África», no final do século XIX, e terminando por volta de 1930. A tese do autor, de que essa retórica civilizadora escondia motivações económicas para extrair riqueza aos súbditos africanos, não é nova; a principal contribuição de Bandeira Jerónimo para a historiografia deriva da sua análise sociológica aprofundada da ideologia colonial, à luz da política laboral e da educação missionária.

O autor é especialmente original ao explicar a importância da rede de missionários e educadores que, no conjunto, apoiavam o projeto colonial mais amplo, embora criticassem o colonialismo português por não cumprir o seu mandato civilizador. Trata-se de uma história intelectual das ideias e, nesse sentido, complementa bem o trabalho de uma geração mais jovem de historiadores portugueses, tais como João Pedro Marques (*Sá da Bandeira e o Fim da Escravidão, Portugal e a Escravatura dos Africanos e Os Sons do Silêncio*) e Cláudia Castelo (*Passagens para África: O Povoamento*

de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole, 1920-1974).

O livro divide-se em duas partes distintas: «O grémio da civilização: o “trabalho indígena” e o colonialismo português» e «Colonialismo sem fronteiras». Na primeira parte, Bandeira Jerónimo mostra como a retórica humanitária de levar a «civilização» até povos colonizados ocupou conferências internacionais e como os responsáveis políticos portugueses inscreveram preocupações relativas à difusão da educação e do cristianismo na sua «missão civilizadora» fundamental-

MIGUEL BANDEIRA
JERÓNIMO

**Livros Brancos,
Almas Negras
– A «Missão
Civilizadora»
do Colonialismo
Português
c. 1870-1930**

Lisboa,
Imprensa de Ciências Sociais,
2009, 304 páginas



mente como meio de justificar e ocultar os imperativos económicos por detrás do domínio colonial. O autor salienta a controvérsia e o boicote internacional ao cacau produzido por trabalho escravo em São Tomé para defender que a exploração económica dos súbditos africanos se sobrepôs a quaisquer objetivos humanitários. Estas conclusões seguem na esteira de outros historiadores do colonialismo português (ver, por exemplo, James Duffy, *A Question of Slavery. Labour Policies in Portuguese Africa and the British Protest, 1850-1920*), embora Jerónimo se sirva de algumas fontes interessantes como os programas e resoluções do Congresso Colonial Nacional (p. 145).

Na segunda parte do livro, «Colonialismo sem fronteiras», Bandeira Jerónimo recorre a uma variedade de fontes em inglês e português. Em meu entender creio que é no capítulo IV, «Bíblias, bandeiras e lealdades transnacionais: educando os impérios», que o autor faz a sua contribuição mais original. Nesse capítulo, explica como um quadro internacional de missionários, cientistas sociais, reformadores e diplomatas apoiaram um *social gospel* para pôr em prática ensinamentos cristãos a fim de melhorar os problemas sociais (p. 199). Se é verdade que os defensores do *social gospel* apoiavam, em geral, o colonialismo, os seus ideais desafiavam muitas vezes a prática colonial e davam origem a tensões. Por exemplo, no capítulo V, «Novos métodos, velhas conclusões: o Relatório Ross», Bandeira Jerónimo explica o impacto do *social gospel* na Sociedade das Nações e, particularmente, na Organização Internacio-

nal do Trabalho, que enviou o sociólogo americano Edward Ross a Angola e Moçambique com a missão de investigar acusações de trabalho forçado (Edward Ross, *Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa, 1925*). O relatório de Ross contribuiu para a redação da convenção sobre o trabalho forçado de 1930, que o Governo português se recusou a apoiar (p. 249). No capítulo final, Bandeira Jerónimo avalia a forma como os responsáveis políticos portugueses usaram a propaganda colonial para se oporem aos críticos (sobretudo estrangeiros) do trabalho forçado e da falta de desenvolvimento social nas colónias portuguesas. Os oficiais portugueses tomaram a crítica internacional da política colonial como um ataque à independência e integridade do país, daí que «o problema colonial», sobre o qual tanto se escreveu no período entre as guerras mundiais, se referisse à necessidade de mais propaganda efetiva com o intuito de mudar a mentalidade da comunidade internacional (p. 265). Melhorar as condições em África – pondo fim ao trabalho forçado e construindo escolas – não era uma prioridade, como o alto oficial colonial português, Henrique Galvão, documentaria no seu relatório de 1947 perante uma sessão à porta fechada da Assembleia Nacional. O Relatório Galvão seria apenas publicado em 1961, depois de o próprio autor ter saído de Portugal como refugiado político.

É também no capítulo IV que Jerónimo defende que os setores humanitários e missionários supranacionais, multirraciais e pluridenominacionais colidiam

com a lógica da soberania colonial (pp. 179-180). Este é um argumento importante, dada a tendência da historiografia para encarar as fronteiras coloniais como se existissem numa bolha, divorciadas de movimentos e ideias mais amplos e transnacionais. Este excecionalismo é particularmente saliente em vários estudos sobre o colonialismo português, onde este é descrito como inerentemente diferente das políticas coloniais britânica e francesa (sobre este ponto, cf. Gervase Clarence-Smith, *The Third Portuguese Empire 1825-1975*). Bandeira Jerónimo descreve como, por exemplo, a Comissão Africana de Educação, presidida pelo educador americano Thomas Jesse Jones, se refere a experiências missionárias protestantes em colónias sob domínio britânico, belga e português (p. 184). No seu relatório de 1922, Jones concluiu que as autoridades portuguesas em Angola tinham falhado na sua missão de educar os africanos, embora reconhecesse aos missionários o mérito de terem proporcionado a pouca educação de qualidade que era ministrada às populações.

Partindo sobretudo de fontes secundárias, Bandeira Jerónimo analisa ainda as raízes do *social gospel* nos Estados Unidos de finais do século XIX e o seu fértil cruzamento com movimentos humanitários europeus e organizações multinacionais como a Sociedade das Nações e a Organização Internacional do Trabalho. No capítulo IV, «Novos métodos, velhas conclusões: o Relatório Ross», o autor liga o *social gospel* a debates na Sociedade das Nações e à decisão de mandar Ross inves-

tigar as condições de trabalho em Angola e Moçambique. Mais uma vez, é nesta parte, explorando a interligação entre os movimentos sociais e os desafios humanitários aos piores abusos do poder colonial, que a análise de Bandeira Jerónimo contribui para perceber como o pensamento do *social gospel* se infiltrou na recém-formada Sociedade das Nações. Um senão do livro é a falta de material de arquivo significativo referente a espaços coloniais individualmente considerados. Bandeira Jerónimo avalia a «missão civilizadora» de Portugal quase inteiramente do ponto de vista de fontes ocidentais (Europa e Estados Unidos) – reformadores humanitários ou propagandistas coloniais –, oferecendo pouca voz aos próprios africanos e uma escassa noção do que estava a acontecer no terreno em África.

O livro inclui ainda um longo prefácio de 30 páginas escrito pelo orientador da tese de Bandeira Jerónimo, Diogo Ramada Curto. Este prefácio, «Políticas coloniais e novas formas de escravatura», é uma introdução útil à historiografia do trabalho nas colónias portuguesas e inclui extensas notas de rodapé, embora me pareça que o texto de Bandeira Jerónimo valha por si só. Em suma, estamos perante um estudo valioso que será lido com proveito por todos os interessados nas ideias favoráveis e contrárias ao moderno colonialismo europeu. Espero sinceramente que venha a haver uma edição inglesa para que o possa dar a ler aos meus alunos de História Africana. **RI**

TRADUÇÃO: MOIRA DIFELICE